

O ENSINO SUPERIOR E O MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM ALAGOAS

Luís Henrique Romani de Campos¹
Welliton Aragão Bezerra de Souza Filho²

RESUMO

O artigo trata dos efeitos que a expansão do ensino superior no interior e na capital de um estado pobre provoca no mercado formal de trabalho e averigua efeitos do aumento da oferta de mão de obra qualificada em um estado marcado pela defasagem educacional e anterior concentração de oportunidades em sua capital. O corte teórico de fundo é a teoria do capital humano, mas considerando suas críticas e limitações. O artigo mostra que o mercado de trabalho formal está homogeneizando-se com menores diferenças entre os municípios no tocante ao prêmio salarial pago pela conclusão do ensino superior. Mostra também que este se reduziu com o tempo. Também é constatado que a renda per capita explica as diferenças de prêmio salarial entre os municípios. Apresenta-se também a evolução dos formados por área de conhecimento e explicita a ainda grande concentração do ensino superior em Maceió.

Palavras-chave: Ensino Superior; Mercado de trabalho; Rendimentos do Trabalho.

ABSTRACT

The article deals with the effects of the expansion of higher education in the formal labor market of a low-income state, and the effects of the increase in the supply of skilled labor in a state characterized by educational disparities and previous concentration of opportunities in its capital. The theoretical background is the theory of human capital, considering its criticisms and limitations. The article shows that the formal labor market is being homogenized with smaller differences between municipalities regarding the wage premium paid for completion of higher education. In addition, it shows that has reduced over time. It is also verified that the per capita income explains the wage premium differences between the municipalities. Moreover, the evolution of those trained is presented by field of knowledge and the still great concentration of higher education in Maceió is explained.

Keywords: Higher education; Labor Market; Earnings from Labor.

JEL: O15; I26; J24; J31

1 INTRODUÇÃO

Correa (1974), em sua “Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro”, tabula dados sobre o ensino superior de 1971. Nestes dados nota-se importante concentração da oferta nas regiões Sul e Sudeste. Especificamente em Alagoas o autor identificou apenas a capital, Maceió, entre os 200 municípios com a

¹ Doutor em Economia. Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: <luis.campos@fundaj.gov.br>

² Estagiário PIBIC na Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: <wellitonarag@gmail.com>

presença de ensino superior. Naquele ano estavam registrados no MEC apenas 19 cursos de graduação na capital alagoana.

A preocupação de Correa (1974) estava mais centrada no caráter da distribuição espacial e da determinação de cortes mínimos de mercado para que novos cursos surgissem. Seu artigo, contudo, pode ser colocado em um debate maior daquele momento histórico, qual seja, do papel da educação na concentração de renda brasileira, inaugurado por Langoni com base na teoria do capital humano.

Da década de 1970 para os dias atuais, o ensino superior brasileiro passou por profundas transformações, desde o arcabouço regulador até a importância dada por governos em sua expansão quantitativa e regional. A título de comparação, o Censo do Ensino Superior de 2016 indica que em Alagoas 16 municípios possuíam pelo menos um curso em ensino presencial, 366 cursos presenciais autorizados e 77.739 alunos matriculados.

A principal pergunta deste artigo trata-se dos efeitos que esta expansão do ensino em um estado pobre provoca. Em outros termos, o artigo averigua efeitos do aumento da oferta de mão de obra qualificada em um estado marcado pela defasagem educacional e anterior concentração de oportunidades em sua capital. O corte teórico de fundo é o da teoria do capital humano, mas considerando suas críticas e limitações. A opção de observar o mercado formal em específico deve-se à disponibilidade de dados, pois a expansão quantitativa e geográfica do ensino superior é recente no estado e os dados do Censo de 2010 não permitem a captura dos efeitos desta expansão.

O artigo está organizado em mais cinco seções além desta introdução. Na seção seguinte são abordadas questões teóricas acerca do relacionamento da oferta de ensino superior com o mercado de trabalho, baseando-se na teoria do capital humano, com suas críticas e limitações. Na terceira seção são colocados fatos acerca da dinâmica da oferta do ensino superior no estado de Alagoas para o período analisado. Na quarta seção detalham-se as bases de dados utilizadas, os tratamentos realizados e as estimações empregadas. Na quinta seção são apresentados os resultados. O artigo mostra que o mercado de trabalho formal está homogeneizando-se, com menores diferenças entre os municípios no tocante ao prêmio salarial, que também se reduziu com o tempo. Ainda, constata-se que, entre as variáveis testadas, apenas a renda per capita explica as diferenças de prêmio salarial entre os municípios.

Além disso, apresenta-se a evolução dos formados por área de conhecimento e explicita-se a grande concentração do ensino superior em Maceió.

2 EDUCAÇÃO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO

A produção dos bens necessários para a satisfação das necessidades humanas passa pela interação do homem com a natureza. A qual é mediada por máquinas e equipamentos fruto do trabalho passado. O processo de trabalho vem se transformando, pois passa do uso de ferramentas simples até a adoção de grandes processos fabris (MARX, 1983). O desenvolvimento das tecnologias foi evoluindo de sorte que cada vez mais o conhecimento foi sendo incorporado no maquinário que, após a adoção da computação e das máquinas de controle numérico, levam a novos formatos produtivos (PIORE; SABEL, 1984).

Esta transformação vem alterando as competências exigidas dos trabalhadores. Na educação formal, media-se o conhecimento abstrato em que se aprende a lidar com as novas tecnologias, podendo ele ser transmitido. Quando o tema educação é abordado no contexto do mundo do trabalho, há duas teorias de extrema importância, que não podem ser desprezadas no assunto. São elas: a teoria do capital humano, segundo a qual um maior nível de qualificação/estudo leva também a uma produtividade maior e, conseqüentemente, a uma melhora no nível salarial, na qualidade de vida, nas oportunidades de trabalho e sociais; e a teoria da segmentação dos mercados de trabalho, que explica a subdivisão dos mercados de trabalho e das características comuns a eles, para serem divididos como são (CORSEUIL, 2002).

Para a teoria da segmentação dos mercados de trabalho, cada emprego caracteriza-se por diferentes critérios de recrutamento. São levados em conta, por exemplo, experiência, escolaridade e migração. Estes critérios são diferentes a depender de características do setor produtivo. Essas características determinam os segmentos e onde cada trabalhador se encaixará. Os segmentos do mercado de trabalho são denominados na literatura como primário independente, primário dependente e secundário. Algumas características são comuns a todos os segmentos, principalmente as ligadas ao capital humano como, por exemplo, a escolaridade.

Cada um dos segmentos de mercado é diferenciado principalmente pelo nível de qualificação de cada trabalhador, mesmo que outros pontos, como tempo de

empresa, experiência, entre outros, apresentem sua relevância, a qualificação se mostra mais efetiva para se encaixar em determinado segmento de mercado (LIMA, 1980).

Acessar o mercado secundário de trabalho requer mínima qualificação, pois as colocações demandam pouco treinamento para realizar suas atividades por serem rotineiras e básicas, ou seja, não requerem alto conhecimento cognitivo para sua execução. Estão no segmento em que a remuneração é possivelmente mais baixa, a rotatividade alta e a troca de emprego não necessariamente significa uma melhoria no salário. É possível afirmar também que um contrato formal de emprego pode ser considerado um privilégio. Os empregos secundários estão concentrados em pequenas empresas e aglomeram trabalhadores com os níveis mais baixos de escolaridade (SOUZA, 1978).

Os trabalhos encontrados no segmento primário dependente normalmente estão ligados a uma maior estabilidade, por necessitar de maior qualificação ou escolaridade, salários consideravelmente maiores que os do setor secundário, porém, ainda exigem alguma aceitação de normas e uma dependência maior de seus superiores. É comum que os empregados neste mercado estejam associados a firmas grandes, onde é possível uma ascensão no emprego tanto por qualificação ou por melhoria na escolaridade, já que ali se encontram pessoas com escolaridade de nível superior (SOUZA, 1978).

O segmento primário independente é o mais privilegiado quanto a treinamentos, qualificações, salários e promoções. Envolve os cargos de mais altas responsabilidades nas empresas, e, por isso, necessita-se que os donos dos cargos sejam os melhores qualificados, tanto em escolaridade como competências e habilidades.

Já a teoria do capital humano explica que quanto maior o seu nível de qualificação, maiores são os incrementos na sua produtividade, logo, investimentos em educação ocasionam aprimoramentos das aptidões e habilidades de quem dela desfrutam. Maior produtividade garante maior renda para o quem oferta o emprego e, por isso, há uma maior demanda dos indivíduos mais qualificados no mercado. Os indivíduos decidem investir em capital humano tendo em vista seu custo de oportunidade, já que maiores níveis de estudo resultam em maiores níveis salariais, porém há um custo implícito em decidir estudar a trabalhar, dependendo dos seus

possíveis ganhos futuros no mercado, o indivíduo pode decidir o que fazer (BALASSIANO, 2005).

Em síntese, o “humano” é definido como um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões dos homens, conseguidas das mais variadas formas de ensino, o qual apresenta um valor de mercado e se torna uma forma de capital e é visto como uma soma de valores de troca que serve de insumo a uma empresa (COSTA, 2009). Trata-se do conhecimento e das habilidades que os trabalhadores adquirem por meio de educação, treinamento e experiência. Da mesma forma que o capital físico, o humano é um fator de produção elaborado, porém requer o trabalho de professores, bibliotecas e tempo dos estudantes.

A educação é usada do mesmo modo que um investimento feito como porta de entrada para o emprego, com maior chance de boa remuneração diante de ocupações que demandam qualificação. A teoria do capital humano se mostrou mais efetiva em relação às outras por explicar melhor os determinantes da produtividade interligando os anos de escolaridade e os de experiência (em anos de trabalho). Num sentido geral, a teoria do capital humano leva mais em conta as habilidades, aptidões e capacidade dos próprios indivíduos em detrimento da teoria da segmentação dos mercados de trabalho, que foca mais nas estruturas do mercado (BIAGIONI, 2006).

A teoria do capital humano, quando incorporada à teoria do crescimento, dá origem à teoria do crescimento endógeno. Esta teoria mostra que em certas circunstâncias o crescimento de longo prazo pode ser explosivo e os investimentos em educação estão entre os que podem gerar estas circunstâncias (ROMER, 2001; ROMER, 1986).

Também se evidenciou que a qualidade do ensino básico e superior contribui para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Isso ocorre por dois canais: o primeiro chamado de extensivo e o segundo, de intensivo. O efeito extensivo decorre do fato de que o aumento na qualidade do ensino básico eleva o número de pessoas aptas a realizar o ensino superior e que decidem fazê-lo. Já o efeito intensivo é aquele diretamente ligado ao aumento da produtividade de uma população melhor qualificada (CASTELLÓ-CLIMENT, HIDALGO-CABRILLANA, 2012).

Hanuscheck e Woesman (2015) mostram diversos estudos empíricos em que se verifica que, além do aumento do número de anos da escolaridade, também é

importante o aumento e o nível de qualidade da escola para explicar o crescimento de longo prazo.

A argumentação anterior leva à conclusão de que a expansão do ensino superior no interior do Nordeste provocaria uma melhora da qualidade da mão de obra, que permitiria elevação da produtividade. A elevação da produtividade, por sua vez, é pré-condição para aumento da produção per capita e aumento do salário médio da comunidade. Assim, um primeiro impacto da interiorização do ensino superior recairia sobre as facilidades econômicas e oportunidades sociais.

Tanto a teoria do capital humano quanto a teoria da segmentação do mercado de trabalho conduzem à formulação de que aumentos na escolaridade estão diretamente ligados a aumentos salariais, uma vez que é subentendido um aumento na produtividade. Contudo, ao se analisar o mercado de trabalho de um estado e, mais do que isto, verificar efeitos do aumento da oferta do ensino superior sobre variáveis do mercado de trabalho, a abordagem deve ser mais ampla.

Em um primeiro ponto, há que se considerar os determinantes da oferta e demanda de trabalho. A demanda de trabalho no curto prazo depende da conjuntura econômica (ROMER, 2001). Além disto, os diversos segmentos do mercado de trabalho reagem de forma diferente à conjuntura. Trabalhos menos qualificados e mais fáceis de substituir tendem a apresentar maior correlação com o ciclo econômico do que os postos em que a qualificação é maior e/ou o aprendizado na função mais específica.

No longo prazo os efeitos do acréscimo da escolaridade sobre a produtividade indicam a relação positiva entre escolaridade e salário. Mas no curto prazo, pode ocorrer um efeito inverso. Isto porque o aumento da produtividade depende muito dos equipamentos e do capital físico empregado. Assim, no curto prazo, com o capital dado como fixo, o aumento do número de trabalhadores com maior escolaridade pode fazer com que seus salários caiam por ocuparem posição abaixo de seu potencial.

Outro ponto a ser considerado é a migração de trabalhadores e/ou estudantes. Lidar com dados municipais traz a necessidade de considerar que pessoas mudem de cidades em busca de melhores condições de vida, seja buscando melhores empregos, seja buscando melhor qualificação profissional (CAMPOS; FUSCO, 2009; FUSCO; OJIMA, 2017). Assim, municípios que apresentarem maior potencial de crescimento do emprego acabam atraindo os recém graduados ou os estudantes,

podendo fazer com que flutuações nos salários ocorram no sentido inverso do esperado pela teoria.

3 O ENSINO SUPERIOR EM ALAGOAS

Como já antecipado na introdução, o ensino superior em Alagoas passou por forte expansão, se forem comparados dados da década de 1970 aos da atualidade. Contudo, esse processo deve ser contextualizado. A Constituição de 1988 e mudanças regulatórias colocadas pelos dois governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) alteraram dramaticamente o marco legal do ensino superior brasileiro. A Constituição confirma a participação do setor privado neste mercado e, ao mesmo tempo, libera a possibilidade das empresas de ensino superior apresentarem caráter lucrativo. Isso abre a possibilidade da entrada de investidores, principalmente no formato de fundos de investimento, que dão capacidade de rápido crescimento à oferta privada (SORIA; GOMES, 2014; SAMPAIO, 2014).

Subjacente a essa mudança regulatória estava a priorização de recursos públicos para a universalização do ensino básico. Assim, abrir espaço para que a iniciativa privada suprisse a demanda pelo ensino superior foi a saída para a falta de recursos. Concomitantemente, entende-se que o prêmio salarial obtido pelas pessoas que concluem o ensino superior seria um argumento para sua capacidade de pagar por ele. Nessa esteira foi reformulada a legislação do financiamento ao ensino superior, dando origem ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Já no início do século XXI, um grande conjunto de programas foi implantado em busca da ampliação da oferta de ensino superior. Ao contrário dos Governos FHC, os Governos Lula da Silva apostaram na injeção de recursos do Estado para que fosse acelerado o crescimento desta oferta. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), focado nas universidades federais, tinha como um dos seus pontos chave a abertura de campi no interior dos estados, fazendo com que a oferta das universidades federais se ampliasse não somente nas capitais, mas também em cidades polo e/ou com potencial de desenvolver arranjos produtivos locais (APLs). O Programa Universidade para Todos (PROUNI) oferece bolsas de estudo para jovens da base da pirâmide econômica no sistema privado, a partir de mecanismos de isenção fiscal. O FIES é

reformulado com redução de taxas de juros, alterações nas garantias exigidas e ampliação do seu orçamento (SORIA; GOMES, 2014; SAMPAIO, 2014; CAMPOS et. al., 2018).

O efeito destas políticas refletiu em vigoroso crescimento do ensino superior no Brasil, com maiores taxas pelo ensino privado. No Nordeste a oferta no interior é garantida pelo REUNI. O ensino privado se interioriza também, mas na esteira da oferta federal. A conjuntura de regulação anterior e de financiamentos aos alunos não tornava viável a oferta privada, principalmente em cidades do interior do Nordeste.

A crise fiscal do governo brasileiro, contudo, limitou o ímpeto destes programas. A tabela 1, a seguir, apresenta a evolução da oferta de ensino superior em Alagoas a partir de 2010. Nota-se que na capital o número de cursos manteve trajetória de crescimento, mas o número de matrículas cai ao final do ciclo de dados disponíveis, principalmente pelas restrições ao FIES. No interior, a intensidade do crescimento é menor, com o número de cursos praticamente estagnado e o número de matrículas em 2016 com patamares similares a 2011.

Tabela 1 – Evolução recente do número de cursos e de matriculados no ensino superior de Alagoas

Ano	Capital		Interior	
	Cursos	Matriculados	Cursos	Matriculados
2010	195	51.283	121	15.385
2011	199	54.369	125	17.457
2012	205	55.868	123	18.968
2013	216	59.816	118	19.556
2014	227	62.129	124	20.102
2015	230	62.706	125	19.791
2016	241	59.268	125	18.471

Fonte: Censos do Ensino Superior – INEP.

A alta concentração dos matriculados em Maceió se deve à concentração histórica da oferta nas capitais, mas também à dinâmica populacional do estado. Segundo dados do Censo Populacional de 2010, 28,1% da população do estado residia na capital. Nesse ano, 23,1% dos matriculados estava no interior. Assim, pode-se afirmar que o processo de interiorização dos primeiros 10 anos do século XXI foi intenso a ponto de as atuais matrículas quase mimetizarem a proporção populacional.

4 DADOS E MÉTODOS

Como se pretende analisar o mercado de trabalho em nível municipal, uma das fontes de dados utilizada é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), cujos microdados estão disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego. Considerando que a evolução da oferta de ensino superior no interior se intensificou a partir do início do século XXI, o ano base a ser observado é 2000. Considerando, ainda, que o ciclo econômico afeta o mercado de trabalho e que os efeitos do aumento da oferta de trabalhadores qualificados geram efeitos dinâmicos no tempo, os anos analisados foram 2000, 2005, 2010 e 2015. Para evitar dupla contagem foram considerados apenas os vínculos de trabalhos ativos em 31/12 do respectivo ano.

A partir dos microdados, construíram-se médias municipais de salários por nível de escolaridade e definiu-se como prêmio pelo ensino superior de uma determinada cidade a diferença entre a média salarial dos trabalhadores que possuíam ensino superior e a média salarial dos trabalhadores que possuíam o ensino médio. Cumpre destacar que esse procedimento é diferente do comumente utilizado de estimar equações mincerianas. Optou-se pela simples diferença de médias porque algumas cidades do interior não possuem mercado de trabalho formal com dimensão suficiente para estas estimações.

Como parte do alvo do artigo é a oferta do ensino superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) foi consultado, principalmente os Censos da Educação Superior. Além das matrículas por município, também se observou a segmentação em áreas de conhecimento e estimaram-se os totais de concluintes. Os subtotais de áreas de conhecimento são importantes para tratar minimamente o problema da segmentação do mercado de trabalho. Anexo a este artigo está a tabela com equivalências entre área de conhecimento e setor em que provavelmente o graduado pode atuar. Esta tabela é necessária porque nos dados da RAIS não há informação da área na qual o trabalhador se graduou.

Como tentativa de mapear variáveis que afetam o prêmio por obtenção da graduação, estimou-se o seguinte modelo por Mínimos Quadrados Ordinários.

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \varepsilon_i$$

No qual Y_i é o prêmio do ensino superior do município i ;

X_{1i} é a renda per capita mensal do trabalho no município i ;

X_{2i} é uma dummy indicando se naquele município existe curso de ensino superior;

X_{3i} é a taxa de acesso ao ensino superior no município (medida pelo Censo Populacional de 2000 para os anos 2000 e 2005 e pelo Censo Populacional de 2010 para os anos 2010 e 2015). A taxa considerada é a bruta, ou seja, é a proporção de pessoas com idade igual ou superior a 18 anos que possuíam o ensino superior e/ou estavam cursando.

Lidar com dados em nível municipal pode levar ao rompimento das hipóteses clássicas de regressão, principalmente no tocante a eventuais efeitos de transbordamento (CAMPOS, 2004). Como é sabido que há a migração pendular de trabalho e de estudo, principalmente no ensino superior, foram utilizadas técnicas de análise espacial de dados para a análise, tanto para as variáveis, quanto para os resultados das regressões. Os testes de Moran e Lisa foram aplicados para o prêmio salarial, bem como as regressões de MQO tiveram seus resíduos testados para dependência espacial dos dados. Quando houve a detecção de efeitos espaciais nos resíduos, foram estimados modelos de dependência espacial³.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tabela 2 apresenta a estatística descritiva dos prêmios salariais e das variáveis selecionadas como explicativas. As colunas da média e do desvio padrão foram calculadas sem ponderação por habitantes, ou seja, os valores médios diferem da média estadual. Optou-se por apresentar os dados assim para mostrar o comportamento das variáveis entre as cidades. Os dados de renda estão corrigidos para valores de 2015.

³ As referências técnicas destes testes e a estimação dos modelos são: Anselin (1988), Haining (1994 ; 1999) e Magalhães e Hewings (2000).

Tabela 2 – Prêmio salarial, renda per capita, taxa de acesso ao ensino superior – Estatística Descritiva – Alagoas – anos selecionados

Variável	Média	Desvio Padrão	I-Moran
Prêmio 2000	2,21	1,55	-0,0215
Prêmio 2005	2,33	0,88	-0,0266
Prêmio 2010	1,83	0,46	-0,030
Prêmio 2015	2,06	0,46	0,053
Renda per capita 2000	153,99	61,97	0,178***
Renda per capita 2010	251,22	79,12	0,289***
Taxa de acesso ao ensino superior 2000	0,13	0,18	-0,01
Taxa de acesso ao ensino superior 2010	0,64	0,35	-0,01
Cidades com curso superior	0,147	0,36	n/a

Fonte: Elaboração própria. *** significante a 0,01.

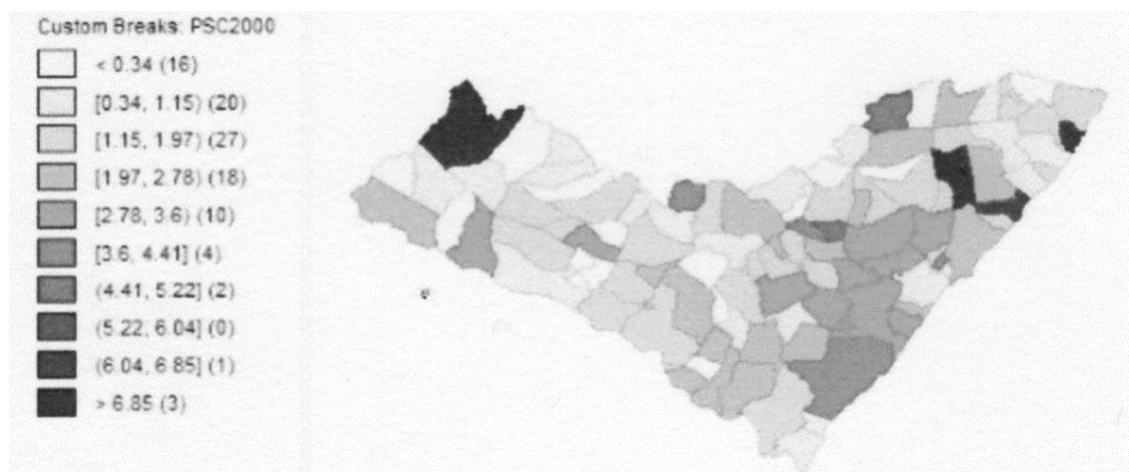
A tabela mostra que, em média, trabalhadores formais que concluíram o ensino superior em Alagoas ganham o dobro do que os que possuem apenas o ensino médio. Ao mesmo tempo há uma tendência à homogeneização deste prêmio, pois o desvio padrão entre os municípios se reduz. O prêmio salarial não apresenta padrão de distribuição geográfico, dado o baixo valor do I de Moran. A renda elevou-se consideravelmente no período e apresenta padrão geográfico importante, com municípios de alta renda transbordando seus efeitos para os vizinhos. A taxa de acesso dos jovens é bastante baixa. Em 2010, o maior valor foi o de Maceió, com 24,52%, e a menor taxa foi a de Passo de Camaragibe, com 0,79%.

Apesar do teste de Moran não indicar padrão na distribuição dos prêmios salariais, optou-se por apresentar sua distribuição na forma de mapas. O conjunto de figuras 1 a 4 representam a distribuição espacial dos prêmios salariais para os 4 anos selecionados para análise. A fim de manter a homogeneidade, utilizou-se como critério para rótulo dos mapas a amplitude dos prêmios do ensino superior entre todos os anos escolhidos. O ano de 2000 foi o que apresentou a maior amplitude, de sorte que a criação dos cortes nas categorias seguiu este ano de referência. Optou-se pela imagem em decis para facilitar a visualização.

Confirmando a redução do desvio padrão do prêmio relatada na tabela 2, percebe-se pelas figuras uma maior homogeneização dos mapas. A redução da média dos prêmios também é notada pela classificação dos municípios nos decis. Nos anos 2000, existiam 10 municípios em que o prêmio do ensino superior superava a marca dos 3,04, o maior prêmio de 2015, alcançado por Maceió. Municípios como Flexeiras,

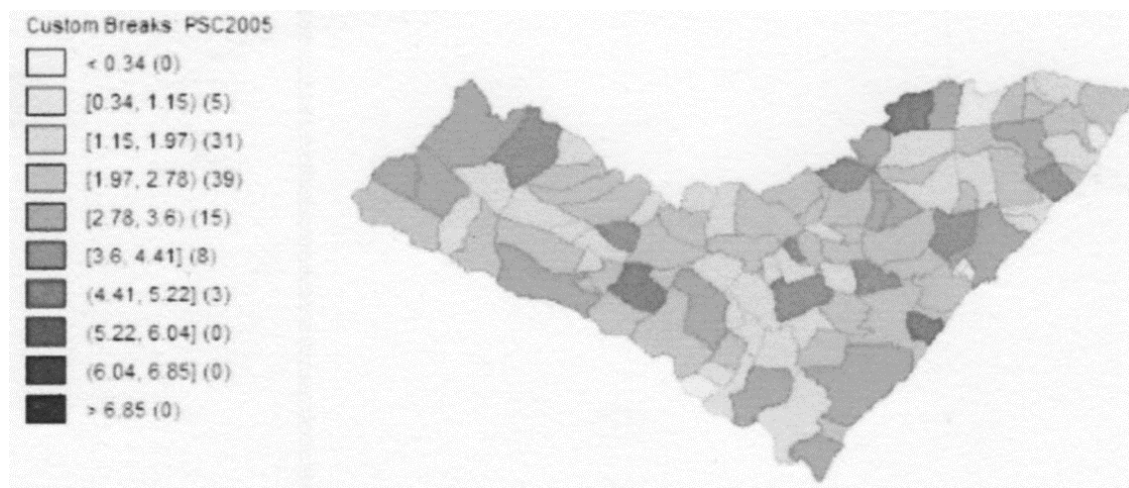
Japaratinga e Mata Grande apresentaram prêmio, respectivamente, de 8,28, 7,24 e 7,66 em 2000. Levando em consideração também as cidades onde existem universidades, constatou-se que o prêmio é reduzido com o passar do tempo.

Figura 1 – Distribuição espacial do prêmio salarial por possuir ensino superior – Alagoas – 2000



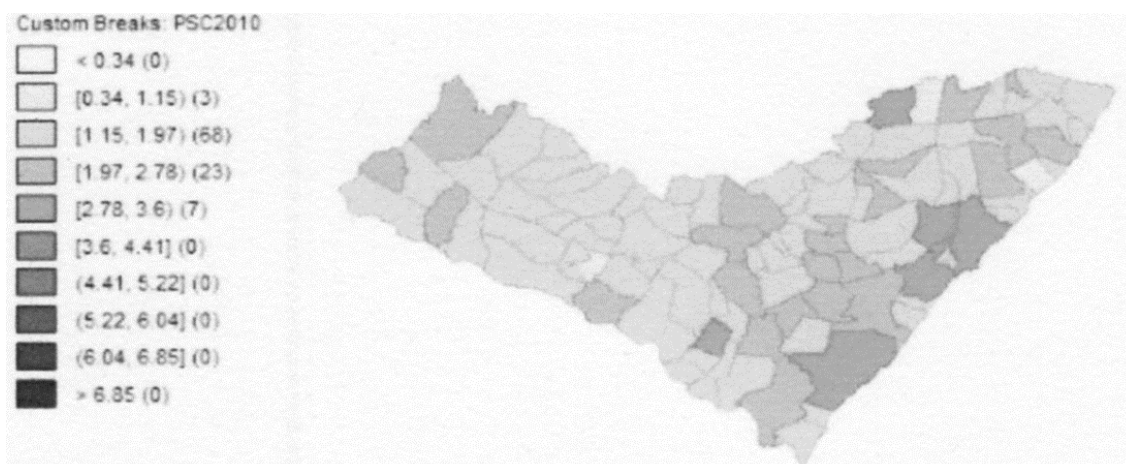
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Figura 2 - Distribuição espacial do Prêmio Salarial por possuir ensino superior – Alagoas – 2005



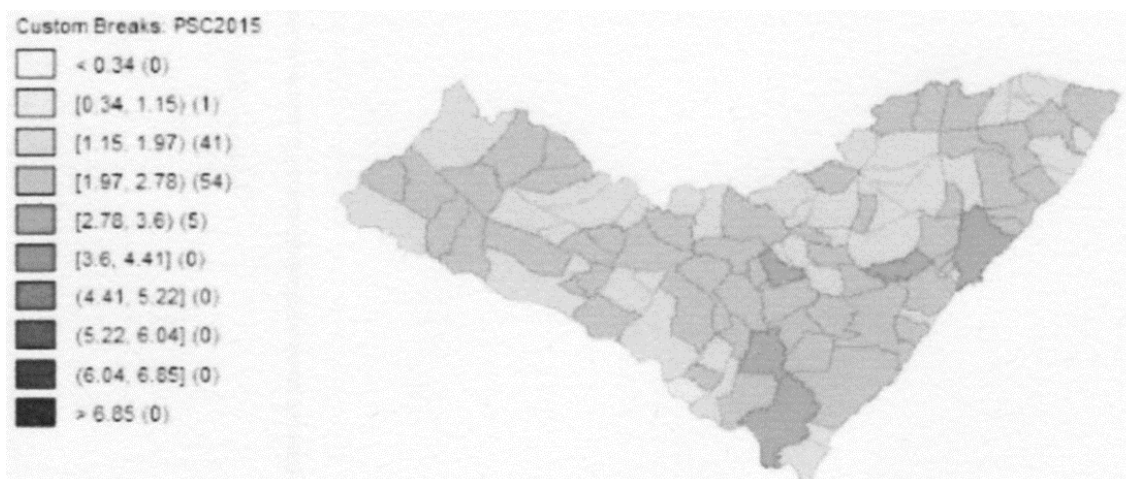
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Figura 3 – Distribuição espacial do prêmio salarial por possuir ensino superior – Alagoas – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Figura 4 – Distribuição espacial do Prêmio Salarial por possuir ensino superior – Alagoas – 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da RAIS.

Para compreender melhor a distribuição dos prêmios, estabeleceu-se ranking de variação dos prêmios entre 2000 e 2015, desconsiderando os municípios criados posteriormente e os que não possuíam trabalhadores formais com ensino superior. Os que obtiveram maiores variações positivas no prêmio foram os municípios de Junqueiro, Santana do Mundau, Inhapi, Marechal Deodoro e Matriz de Camaragibe, com, respectivamente, 205%, 253%, 286%, 454% e 499%. Já os que obtiveram variações negativas no prêmio em maior proporção foram os municípios de Flexeiras, Mata Grande, Japaratinga, Barra de Santo Antonio e Pindoba, com -86%, -77%, -76%, -68% e -62%. Conclui-se a partir desses dados que há grandes mudanças na estrutura de remuneração dos municípios do estado.

É possível constatar que, com o passar do tempo, o prêmio salarial do ensino superior foi se tornando mais homogêneo em todo o estado de Alagoas. A interiorização do ensino superior pode ser uma explicação disto. O aumento da oferta de trabalhadores qualificados concluindo a universidade gera uma tensão para redução nos salários de quem possui ensino superior. Ao mesmo tempo, a interiorização tende a fazer com que as economias dos municípios-polo tornem-se mais complexas e sofisticadas, o que poderia elevar a demanda por todos os trabalhos, inclusive de trabalhadores com ensino médio. Assim, existem duas forças atuando para o aumento da homogeneidade no prêmio salarial. Como há um aumento de oferta de trabalhadores formados ao mesmo tempo em que a economia dos municípios cresce e torna-se mais densa, o efeito final sobre os salários não pode ser deduzido teoricamente.

Em 65 municípios há maior crescimento no salário médio das pessoas com ensino superior que no dos trabalhadores com apenas o ensino médio completo. Porém nenhum fator, como localização ou proximidade com a capital, liga esses 65 municípios. Isso representa 63,7% das cidades de Alagoas. Apenas 15 cidades possuíam oferta de ensino superior e em 7 delas o crescimento do salário médio das pessoas com ensino superior é menor que nas demais. São elas Boca da Mata, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Rio Largo, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Viçosa.

Em 2000, 17 cidades de Alagoas não apresentam pessoas com ensino superior formalmente empregadas. No entanto esse cenário muda com o tempo e uma possível expansão e melhora do mercado de trabalho no estado. Especificamente em Maceió, o salário real médio do ensino superior cresce de R\$4.789,93 para R\$5.293,38. Um crescimento de 10,51% aproximadamente, enquanto o salário real médio do ensino médio decresce em 6,61% aproximadamente.

A tabela 3 apresenta os resultados das estimações. Nos anos de 2000 e 2005 nenhuma variável das escolhidas mostrou-se significativa, assim como não foram constatados efeitos de transbordamento nos resíduos. Tendo em vista a possibilidade das variáveis explicativas apresentarem alta colinearidade, a tabela 4 relata a matriz de correlação. Nota-se que há significância entre a renda per capita e a oferta de cursos, o que confirma a lógica do mercado de ensino superior em procurar cidades com maior potencial de demanda. Mesmo assim, os valores da correlação não são

suficientemente grandes para concluir que a multicolinearidade levou à rejeição das hipóteses de que as variáveis explicativas não influenciam no prêmio salarial.

Em 2010 o modelo de MQO apresentou autocorrelação espacial dos resíduos, o que levou à estimação de modelo com defasagem espacial. Em ambas as estimações somente a renda per capita mostrou-se significativa e positiva, mostrando que municípios com economia mais aquecida tendem a elevar a taxa de prêmio salarial. Um incremento na renda per capita de um desvio padrão leva a um aumento de 0,24 no prêmio salarial (ou incremento de 12,97% na média). O termo de defasagem espacial é negativo e, como a renda per capita é geograficamente concentrada, ao contrário do prêmio, e com coeficiente positivo, conclui-se que os efeitos de transbordamentos sugeridos são pequenos.

Tabela 3 – Estimativas do MQO

VARIÁVEL	2000	2005	2010	2010L	2015	2015R
CONSTANTE	1,77 (3,29)***	1,98 (7,17)***	1,27 (7,9)***	1,73 (6,21)***	1,56 (9,82)***	1,58 (11,60)***
RENDA PER CAPITA	0,003 (0,93)	0,001 (0,76)	0,002 (2,74)***	0,003 (3,41)***	0,002 (2,01)**	0,002 (3,62)***
DUMMY CURSO	-0,47 (-0,82)	0,23 (0,73)	0,23 (1,51)	0,23 (1,60)	-0,12 (-0,8)	
TAXA ACESSO	0,18 (0,19)	0,85 (1,71)*	-0,14 (-0,14)	-0,20 (-1,00)	0,10 (0,50)	
DEFASAGEM ESPACIAL DO PRÊMIO				-0,31 (-2,13)**		
R ² ajustado	-0,02	0,03	0,19	0,26	0,10	0,11
F	0,33	1,85	8,68***		4,56***	13,13***
I-Moran	-0,14	0,12	-2,48**		-0,42	-0,62
LM	0,07	0,05	4,16**		0,08	0,04

Fonte: Elaboração própria. ** significativa a 5%; *** significativa a 1%.

Em 2015 não se constatou autocorrelação espacial dos resíduos, e somente a renda per capita foi estatisticamente relevante. Também se estimou o modelo excluindo a taxa de acesso ao ensino superior e a *dummy* de presença de curso superior na cidade. O impacto da renda no prêmio salarial para este ano foi estimado em 0,16 (ou 7,68%), mostrando redução da importância da renda per capita na formação do prêmio salarial.

Tabela 4 – Matriz de correlação das variáveis explicativas

VARIÁVEL	2000			2010		
	<i>dummy</i> curso	renda per capita	taxa de acesso	<i>dummy</i> curso	renda per capita	taxa de acesso
<i>dummy</i> curso	1			1		
renda per capita	0.5869	1		0.5755	1	
taxa de acesso	0.0280	-0.0613	1	0.6072	0.8068	1

Fonte: Elaboração própria.

Analisou-se o fluxo de concluintes do ensino superior das universidades de Alagoas para entender um dos fatores que pode impactar no salário dos profissionais no mercado de trabalho e verificar a dinâmica do perfil profissional desses concluintes. Foram utilizados os microdados do ensino superior fornecidos pelo Inep nos anos 2009 a 2015, comparando a capital do estado, Maceió, com o interior. Esta análise baseou-se na classificação da OCDE por grande área geral para tratar do acréscimo de profissionais qualificados entrando no mercado de trabalho no período explicitado.

Ao comparar os concluintes de 2009 a 2015 do interior do estado é possível observar três áreas que mostram maior concentração de pessoas entre os concluintes, são: i) agricultura e veterinária (79,4%); ii) educação (45,7%); e iii) serviços (38,4%). Por outro lado, como mostra a tabela 5, há áreas com baixíssimos valores percentuais comparados com a capital e até sem concluintes ou não apresentam oferta de curso. Fazem parte desse grupo: ciências sociais, negócios e direito (8,7%); ciências, matemática e computação (6,1%); engenharia, produção e construção (7,8%); humanidades e artes (0%) e saúde e bem-estar social (8,3%). Ao examinar a capital, é possível notar valores com menos variações. Apenas a área de agricultura e veterinária com um número de concluintes menor que 50%.

Tabela 5 –Número de concluintes

Município	Agric. e vet.	C. sociais, negócios e direito	Ciências, mat. comput.	Educação	Engenharias	Humanidades e artes	Saúde e bem-estar social	Serviços	Total geral
Arapiraca	136	1.114	128	1.929	60		329	7	3.713
Delmiro Gouveia				263	23				286
Maceió	239	14.993	2.106	4.451	2.641	319	8.820	473	34.042
Marechal Deodoro								336	336
Matriz de Camaragi				94					94
Palmeira dos Índios		187		856	118		333		1.494
Pão de Açúcar				313			322		635
Penedo	51	285	21	229				39	625
Rio Largo	601					36			637
Santana do Ipanema	232	20		838					1.090
São Miguel dos Campos		36		215					251
Satuba						21			21
União dos Palmares				430					430
Viçosa	94			84					178
Maceió	20,6%	91,3%	93,9%	54,3%	92,2%	100,0%	91,7%	61,6%	80,6%
Interior	78,4%	8,7%	6,1%	45,7%	7,8%	0,0%	8,3%	38,4%	19,4%

Fonte: Elaboração própria.

Para ligar o fluxo de concluintes com sua renda, utilizaram-se os microdados da RAIS. Para separar o total de trabalhadores formais com ensino superior completo e os que apenas têm ensino médio completo, foram usadas a CNAE 95 e a CNAE 2.0, que dividiram os trabalhadores entre as oito grandes áreas da OCDE.⁴

A recompensa financeira média do trabalhador, de 2000 a 2015, cresceu 235,3%, segundo os microdados da RAIS. O salário do trabalhador com ensino superior no estado de Alagoas subiu de R\$ 722,42 para R\$ 1.700,07. E se reflete na maior parte das oito divisões, com ênfase na divisão de Educação que cresceu de 549,97 para 2467,51.⁵

Pode-se mencionar, também, o crescimento nos salários na área em que o interior tem maior participação, agricultura e veterinária teve um crescimento da recompensa financeira de 9%, mostrando que a oferta de cursos no interior é enviesada para atividades com menor rendimento.

Quando se observa do ponto de vista de universidades, é possível notar certa concentração das universidades no número de concluintes de cada área. Em agricultura, por exemplo, 66,7% dos concluintes provêm da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Em média, todas as grandes áreas são ofertadas por três universidades em maior proporção, são elas: UFAL, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e CESMAC.

Ao analisar também os dados do IBGE para o ano de 2010, nota-se que 60,6% da população entre 18 e 24 anos pertence à capital Maceió. Esse número explicita o desnível encontrado na oferta do ensino superior, no qual 17,5% dos concluintes estão concentrados no interior, número bem abaixo dos 39,4% de jovens que estão no interior e fazem parte da camada que mais demanda acesso a universidade. Mostrando que a significativa expansão do ensino superior ainda carece de melhoras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapeando a recompensa financeira dos trabalhadores que apresentavam apenas ensino superior, pode-se perceber uma mudança no quadro de salários do estado. No ano 2000, Alagoas apresentava cidades com médias de remunerações bastante

⁴ Nos anexos há uma tabela explicitando como foi elaborada esta classificação.

⁵ Tabela com os valores detalhados encontra-se nos anexos.

elevadas quando comparadas a trabalhadores com apenas ensino médio completo. Em 2015 já é possível observar maior uniformidade.

A partir de 2010 o prêmio do ensino superior pode ser explicado em parte pela renda per capita do município, possivelmente pelo aumento da renda per capita progredir de acordo com a complexidade e densidade econômica da determinada região. Conforme se desenvolve, o mercado torna-se mais especializado e requer profissionais mais qualificados.

Em termos comparativos, o prêmio do ensino superior do estado de Alagoas tornou-se mais igual com passar dos anos. Esse efeito era esperado pelo acréscimo de trabalhadores qualificados no interior do estado, que cresceu a cada ano, tanto pelo número ofertado de vagas quanto pelo número de universidades encontradas no interior do estado.

A falta de alguns dados específicos é um limitante. Uma vez que os microdados da RAIS apenas contêm os trabalhadores com vínculo empregatício formal, não é possível analisar o mercado do estado de Alagoas como um todo, visto que profissões importantes e com níveis de remuneração diferentes não foram levadas em conta.

REFERÊNCIAS

ANSELIN, L. **Spatial econometrics: methods and models**. Dordrecht: Kluwer, 1988.

ALMEIDA, A. T. C.; ARAÚJO JÚNIOR, I. T. de. **Diferenciais compensatórios de salário para trabalhadores com preferências heterogêneas: evidências para o caso brasileiro**. Disponível em: <<https://bit.ly/2D4mviB>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A.; LEMOS, A. H. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 31-52, out./dec. 2005.

BIAGIONI, D. Determinantes da mobilidade por classes sociais: teoria do capital humano e a teoria da segmentação do mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2006.

CAMPOS, L. H. R. O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CAMPOS, L. H. R.; FUSCO, W. Municípios nordestinos e crescimento populacional: correspondência entre migração e desenvolvimento. **REMHU**, Brasília, v. 18, n. 33, p. 79-100, jul./dez. 2009.

CAMPOS, L. H. R.; RAPOSO, I. P. A.; MOURA, T. T.; COSTA, H. V. V. **O FIES contribui para a atratividade das carreiras de licenciaturas e da saúde?**. Artigo submetido à Anpec Nacional, 2018.

CORREA, R. L. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 3-32, jan./mar. 1974.

CORSEUIL, C. H. (Org.). **Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil**. Brasília: IPEA, 2002.

COSTA, S. S. G. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009.

CUNHA, J. V. A.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B.; MARTINS, G. de A. Doutores em ciências contábeis: análise sob a óptica da teoria do capital humano. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 532-557, jun. 2010.

FUSCO, W.; OJIMA, R. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, p. 247-263, 2017.

HAINING, R. Diagnostics for regression modeling in spatial econometrics. **Journal of Regional Science**, Cambridge, v. 34, n. 3, p. 325-341, 1994.

HAINING, R. **Spatial data analysis in the social and environmental sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

JORGE, M. A. Algumas considerações acerca da teoria dos diferenciais compensatórios de salário. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 6, n. 6, p. 66-86, 2008.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 11, p. 217-272, 1980.

MAGALHÃES, A. M.; HEWINGS, G.; Azzoni, C. R. Spatial dependence and regional convergence in Brazil. **Investigaciones Regionales**, Madrid, n. 6, p. 5-20, 2005.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

SORIA, S.; GOMES, D. C. Notas Sobre a política de educação superior dos governos brasileiros da década de 2000. In: BANDEIRA DE MELO, P (Coord.). **A Interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Nordeste: efeitos e mudanças**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2014. Relatório de Pesquisa.

SAMPAIO, H. Privatização do ensino superior no Brasil: velhas e novas questões. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014. p. 139-192.

ROMER, D. **Advanced Macroeconomics**. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 2001.
ROMER, P. M. Increasing Returns and Long-Run Growth. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

SILVA, I. Teorias do Emprego segundo o Enfoque do Capital Humano, da Segmentação e dos Mercados Internos. **Revista da Fapese**, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 129-140, jul./dez. 2006.

MARX, K. **O Capital**: livros I, II e III. São Paulo: Difel, 1983.

SOUZA, M. C. C. Mercado de trabalho: abordagens duais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 59-69, mar. 1978.
Disponível em: <<https://bit.ly/2PdWswu>> Acesso em: 8 nov. 2018.

Anexos - Porcentagem de trabalhadores com ensino superior x demais

Município	demais2000	es2000	demais2005	es2005	demais2010	es2010	demais2015	es2015
Água Branca	71%	29%	60%	40%	66%	34%	48%	52%
Anadia	57%	43%	52%	48%	12%	88%	7%	93%
Arapiraca	65%	35%	60%	40%	50%	50%	36%	64%
Atalaia	90%	10%	61%	39%	74%	26%	59%	41%
Barra de Santo Antonio	67%	33%	73%	27%	56%	44%	47%	53%
Barra de São Miguel	64%	36%	65%	35%	43%	57%	41%	59%
Batalha	70%	30%	55%	45%	45%	55%	9%	91%
Belém	84%	16%	64%	36%	48%	52%	46%	54%
Belo Monte	69%	31%	57%	43%	50%	50%	34%	66%
Boca da Mata	87%	13%	81%	19%	74%	26%	53%	47%
Branquinha	80%	20%	56%	44%	40%	60%	37%	63%
Cacimbinhas	59%	41%	54%	46%	58%	42%	26%	74%
Cajueiro	83%	17%	77%	23%	73%	27%	54%	46%
Campestre	56%	44%	58%	42%	51%	49%	40%	60%
Campo Alegre	93%	7%	86%	14%	72%	28%	61%	39%
Campo Grande	58%	42%	54%	46%	62%	38%	42%	58%
Canapi	80%	20%	54%	46%	43%	57%	28%	72%
Capela	79%	21%	78%	22%	55%	45%	36%	64%
Carneiros	65%	35%	49%	51%	47%	53%	43%	57%
Chã Preta	65%	35%	52%	48%	82%	18%	13%	88%
Coite do Noia	76%	24%	67%	33%	59%	41%	13%	87%
Colônia Leopoldina	88%	12%	89%	11%	86%	14%	71%	29%
Coqueiro Seco	58%	42%	48%	52%	34%	66%	30%	70%
Coruripe	90%	10%	84%	16%	80%	20%	64%	36%
Craíbas	68%	32%	58%	42%	48%	52%	6%	94%
Delmiro Gouveia	60%	40%	46%	54%	43%	57%	29%	71%
Dois Riachos	78%	22%	59%	41%	53%	47%	48%	52%
Estrela de Alagoas	42%	58%	37%	63%	34%	66%	26%	74%
Feira Grande	62%	38%	42%	58%	40%	60%	8%	92%
Feliz Deserto	52%	48%	52%	48%	42%	58%	38%	62%
Flexeiras	98%	2%	97%	3%	81%	19%	71%	29%
Girau do Ponciano	59%	41%	52%	48%	52%	48%	30%	70%
Ibateguara	72%	28%	60%	40%	56%	44%	33%	67%
Igaci	49%	51%	50%	50%	87%	13%	31%	69%
Igreja Nova	82%	18%	87%	13%	78%	22%	64%	36%
Inhapi	62%	38%	52%	48%	50%	50%	23%	77%
Jacaré dos Homens	76%	24%	68%	32%	62%	38%	51%	49%
Jacuípe	98%	2%	79%	21%	80%	20%	49%	51%
Japaratinga	95%	5%	72%	28%	22%	78%	50%	50%
Jaramataia	75%	25%	56%	44%	51%	49%	41%	59%

Jequiá da Praia	0%	0%	86%	14%	81%	19%	71%	29%
Joaquim Gomes	91%	9%	49%	51%	46%	54%	33%	67%
Jundiá	54%	46%	63%	37%	56%	44%	36%	64%
Junqueiro	89%	11%	48%	52%	46%	54%	39%	61%
Lagoa da Canoa	92%	8%	53%	47%	61%	39%	44%	56%
Limoeiro de Anadia	68%	32%	64%	36%	54%	46%	47%	53%
Maceió	51%	49%	47%	53%	36%	64%	32%	68%
Major Isidoro	59%	41%	51%	49%	39%	61%	28%	72%
Maragogi	77%	23%	54%	46%	49%	51%	45%	55%
Maravilha	68%	32%	57%	43%	52%	48%	30%	70%
Marechal Deodoro	77%	23%	70%	30%	57%	43%	41%	59%
Maribondo	62%	38%	53%	47%	43%	57%	33%	67%
Mar Vermelho	71%	29%	67%	33%	58%	42%	47%	53%
Mata Grande	69%	31%	43%	57%	35%	65%	41%	59%
Matriz de Camaragibe	71%	29%	78%	22%	72%	28%	64%	36%
Messias	63%	37%	59%	41%	38%	62%	32%	68%
Minador do Negrão	33%	67%	70%	30%	63%	37%	55%	45%
Monteirópolis	67%	33%	65%	35%	48%	52%	44%	56%
Murici	58%	42%	65%	35%	57%	43%	46%	54%
Novo Lino	81%	19%	64%	36%	58%	42%	46%	54%
Olho d'Água das Flores	58%	42%	53%	47%	41%	59%	35%	65%
Olho d'Água do Casado	89%	11%	49%	51%	19%	81%	14%	86%
Olho d'Água Grande	50%	50%	50%	50%	13%	87%	16%	84%
Oliveira	40%	60%	57%	43%	44%	56%	28%	72%
Ouro Branco	58%	42%	51%	49%	45%	55%	42%	58%
Palestina	68%	32%	56%	44%	49%	51%	10%	90%
Palmeira dos Índios	63%	37%	50%	50%	39%	61%	32%	68%
Pão de Açúcar	50%	50%	37%	63%	39%	61%	25%	75%
Pariconha	100%	0%	91%	9%	62%	38%	26%	74%
Paripueira	77%	23%	63%	37%	78%	22%	46%	54%
Passo de Camaragibe	74%	26%	64%	36%	58%	42%	38%	62%
Paulo Jacinto	67%	33%	54%	46%	52%	48%	5%	95%
Penedo	68%	32%	66%	34%	52%	48%	36%	64%
Piaçabuçu	59%	41%	41%	59%	37%	63%	25%	75%
Pilar	66%	34%	51%	49%	44%	56%	31%	69%
Pindoba	80%	20%	66%	34%	54%	46%	70%	30%
Piranhas	87%	13%	59%	41%	43%	57%	38%	62%
Poço das Trincheiras	70%	30%	54%	46%	47%	53%	25%	75%
Porto Calvo	87%	13%	88%	12%	86%	14%	53%	47%
Porto de Pedras	72%	28%	61%	39%	56%	44%	48%	53%
Porto Real do Colégio	64%	36%	51%	49%	58%	42%	20%	80%
Quebrangulo	64%	36%	45%	55%	49%	51%	30%	70%
Rio Largo	77%	23%	72%	28%	67%	33%	63%	37%

Roteiro	55%	45%	74%	26%	75%	25%	54%	46%
Santa Luzia do Norte	60%	40%	58%	42%	48%	52%	35%	65%
Santana do Ipanema	62%	38%	70%	30%	58%	42%	30%	70%
Santana do Mundaú	86%	14%	82%	18%	43%	57%	33%	67%
São Brás	69%	31%	64%	36%	32%	68%	66%	34%
São Jose da Laje	93%	7%	89%	11%	84%	16%	81%	19%
São Jose da Tapera	66%	34%	53%	47%	47%	53%	27%	73%
São Luís do Quitunde	87%	13%	89%	11%	81%	19%	77%	23%
São Miguel dos Campos	87%	13%	74%	26%	64%	36%	49%	51%
São Miguel dos Milagres	88%	12%	56%	44%	46%	54%	36%	64%
São Sebastiao	63%	37%	57%	43%	48%	52%	33%	67%
Satuba	70%	30%	53%	47%	42%	58%	43%	57%
Senador Rui Palmeira	24%	76%	57%	43%	48%	52%	45%	55%
Tanque D Arca	55%	45%	54%	46%	49%	51%	25%	75%
Taquarana	52%	48%	62%	38%	48%	52%	41%	59%
Teotônio Vilela	96%	4%	94%	6%	60%	40%	48%	52%
Traipu	70%	30%	13%	87%	12%	88%	28%	72%
União dos Palmares	82%	18%	58%	42%	67%	33%	50%	50%
Viçosa	74%	26%	53%	47%	46%	54%	41%	59%

Tradutor

OCDE	CNAE 2.0	CNAE 95
Agricultura e veterinária	1~3, 75	1, 2, 5
Serviços	49~53, 55, 56, 77~ 82, 94~97	50~52, 55, 60~64, 71, 73, 74, 93, 95, 99
Educação	85	80
Ciências sociais, negócios e direito	45~47, 64~66, 68~70, 84, 99	65~67
Ciências, matemática e computação	72~74	70, 72
Engenharia, produção e construção	5~33, 35~39, 41~43, 71	10, 11, 13~33, 35~37, 40, 41, 90
Humanidades e artes	58~63, 90~93	75, 91, 92
Saúde e bem-estar social	86~88	85

Salário médio por grande área

		2000	2005	2010	2015
Agricultura	Maceió	R\$1.380,57	R\$441,17	R\$505,54	R\$954,28
	Interior	R\$533,32	R\$274,64	R\$1.415,04	R\$977,18
Educação	Maceió	R\$635,11	R\$750,33	R\$625,46	R\$2.884,50
	Interior	R\$222,78	R\$475,97	R\$959,38	R\$861,49
Engenharias	Maceió	R\$1.013,02	R\$512,43	R\$1.313,79	R\$1.466,14
	Interior	R\$945,65	R\$447,68	R\$306,18	R\$1.745,86
Humanidades	Maceió	R\$1.187,88	R\$1.442,15	R\$1.796,27	R\$1.321,14
	Interior	R\$276,76	R\$452,05	R\$1.598,79	R\$889,02
Matemática	Maceió	R\$514,49	R\$494,53	R\$354,98	R\$1.029,89
	Interior	R\$661,97	R\$524,77	R\$346,19	R\$1.073,01
Saúde	Maceió	R\$459,94	R\$573,46	R\$504,82	R\$1.275,92
	Interior	R\$347,12	R\$488,94	R\$461,44	R\$1.418,81
Serviços	Maceió	R\$382,81	R\$415,44	R\$746,69	R\$954,35
	Interior	R\$341,19	R\$393,73	R\$665,63	R\$816,35
Sociais	Maceió	R\$1.874,62	R\$2.152,57	R\$917,41	R\$2.547,99
	Interior	R\$2.340,41	R\$2.203,66	R\$747,28	R\$1.451,56